



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS TERESINA CENTRAL
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

CARLOS MANUEL VELOSO ROCHA

**GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO DE CIÊNCIAS: UMA ANÁLISE DAS
DIRETRIZES CURRICULARES EM NÍVEL NACIONAL, ESTADUAL (PIAUÍ) E
MUNICIPAL (TERESINA)**

TERESINA-PI

2025

CARLOS MANUEL VELOSO ROCHA

**GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO DE CIÊNCIAS: UMA ANÁLISE DAS
DIRETRIZES CURRICULARES EM NÍVEL NACIONAL, ESTADUAL (PIAUÍ) E
MUNICIPAL (TERESINA)**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Teresina Central.

Orientadora: Prof^a. Ma. Adriana Ferreira Sousa.

TERESINA-PI

2025

GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO DE CIÊNCIAS: UMA ANÁLISE DAS DIRETRIZES CURRICULARES EM NÍVEL NACIONAL, ESTADUAL (PIAUÍ) E MUNICIPAL (TERESINA)

Carlos Manuel Veloso Rocha¹
Ma. Adriana Ferreira de Sousa²

RESUMO

Considerando a relevância de compreender os documentos curriculares que orientam o ensino de Ciências, este artigo apresenta como objetivo principal investigar a abordagem da temática de gênero e sexualidade nas Diretrizes Curriculares de Ciências no âmbito nacional, estadual e municipal, numa perspectiva comparativa entre o contexto educacional atual e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998). Desse modo, a pesquisa justifica-se pela necessidade de explorar as discussões sobre essa temática em documentos norteadores do ensino de Ciências. A partir de uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e uso da pesquisa documental com a análise de dados proposta por Bardin (2016), foi possível alcançar os objetivos definidos. Os resultados apontam que há uma menção limitada à sexualidade no componente curricular nacional de Ciências, mas não há nenhuma orientação curricular quanto a gênero. Já nos currículos regionais, nota-se uma persistência acentuada no tratamento dessa temática, em que constata-se apenas referências à sexualidade. Isso sugere que o PCN relativo à orientação sexual não foi devidamente levado em consideração na formulação desses documentos. Quanto às reflexões, em um contexto alarmante de violência contra pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil, consideram-se políticas públicas, formação docente e suporte curricular eficaz, como fatores fundamentais para promover uma educação que valorize a diversidade como parte essencial da sociedade.

Palavras-chave: currículo; temas transversais; ciências; orientação sexual.

ABSTRACT

Considering the relevance of understanding the curricular documents that guide the teaching of Science, this article aims to investigate the approach to gender and sexuality themes in the Science Curricular Guidelines at the national, state, and municipal levels, from a comparative perspective between the current educational context and the Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998). In this way, the present research is justified by the need to discuss this issue based on documents that guide Science teaching. Using a qualitative, exploratory approach and the use of

¹ Graduando em Ciências Biológicas. Instituto Federal do Piauí – Campus Teresina Central. catce.2021111bio0238@aluno.ifpi.edu.br.

² Mestre em Educação e professora de disciplinas pedagógicas do Instituto Federal do Piauí – Campus Teresina Central. adrianafs27@ifpi.edu.br.

documentary research with data analysis proposed by Bardin (2016), it was possible to achieve the defined objectives. The results show that there is limited mention of sexuality in the national Science curriculum, with no curricular guidance regarding gender. In regional curricula, a persistent limited treatment of this theme is observed, with references restricted only to sexuality. This suggests that the PCN related to sexual orientation was not adequately considered in the formulation of these documents. Regarding reflections, in an alarming context of violence against LGBTQIAPN+ people in Brazil, public policies, teacher training, and effective curricular support are considered fundamental factors for promoting an education that values diversity as an essential part of society.

Keywords: curriculum; transversal themes; science; sexual orientation.

Data de aprovação: 16/01/2025

1 INTRODUÇÃO

As ações destinadas a lidar com gênero e sexualidade no âmbito da rede pública de ensino apresentam desafios diante dos diferentes valores, das normas morais, culturais, religiosas e familiares que influenciam essa temática. Nesse viés, a interseção entre esses temas e o ensino de Ciências emerge como um campo de extrema relevância na contemporaneidade, visto que representa um elo essencial entre educação e dinâmicas socioculturais que moldam as experiências humanas.

Logo, a discussão de questões relacionadas à sexualidade, no contexto do ensino de Ciências nas séries finais do ensino fundamental, assume um papel de extrema relevância na formação sociocultural dos estudantes. Pois a sexualidade, além de ser um componente biológico, é um fator antropológico que cada indivíduo desenvolve. Com isso, abordar esse tema de maneira adequada e inclusiva é essencial para promover a compreensão mais ampla das Ciências Naturais e também estimular os adolescentes a respeitarem e valorizarem a diversidade, para que assim se tornem cidadãos conscientes e críticos em relação aos aspectos biológicos, sociais e culturais.

Para isso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) configura-se como um pilar fundamental da política educacional brasileira, delineando os parâmetros que norteiam as abordagens de diferentes conteúdos nas escolas. Para além desse documento, as perspectivas e enfoques no que tange às questões de gênero e sexualidade enquadram-se nos Temas Transversais que foram recomendados

inicialmente nos Parâmetros Curriculares Nacionais, de 1998.

Nesse contexto, por meio da análise dos documentos orientadores do ensino de Ciências nos níveis nacional, estadual e municipal, busca-se compreender de que forma as diretrizes educacionais abordam e respondem às demandas por inclusão, representatividade e diversidade, essenciais para a promoção de uma educação equitativa e alinhada às diferentes realidades.

Contudo, a educação não é homogênea, e é justamente nas dimensões regionais que suas nuances podem ser reveladas de maneira mais vívida. Teresina, capital do Piauí, é um exemplo representativo desse contexto. As Diretrizes Curriculares de Ciências desta cidade e estado, ao servirem como um espelho local da BNCC, fornecem uma perspectiva singular sobre como as concepções de gênero e sexualidade são concretizadas no contexto educacional, considerando suas especificidades e desafios. A partir disso, surge o problema: “Como é abordada a temática de gênero e sexualidade nas Diretrizes Curriculares de Ciências do País, do estado do Piauí e em Teresina, numa perspectiva comparativa aos PCNs?”.

Diante desse panorama desafiador, a escolha desta temática justifica-se pela urgente necessidade de explorar a inclusão de discussões sobre gênero e sexualidade nos ambientes escolares, sobretudo no ensino básico. Ademais, tem-se como principal motivação a busca pela sensibilização a uma questão socialmente relevante, estimulando reflexões acerca da importância de construir um pensamento crítico e inclusivo. Assim, busca-se contribuir para que as escolas se tornem espaços mais acolhedores e respeitosos em relação à diversidade sexual.

O presente artigo tem como principal objetivo investigar a abordagem da temática de gênero e sexualidade nas Diretrizes Curriculares de Ciências no âmbito nacional, estadual e municipal, numa perspectiva comparativa entre o contexto educacional atual e nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Para alcançar esse objetivo, o estudo seguiu os seguintes objetivos específicos: caracterizar o Currículo de Ciências do Piauí e a Diretriz Curricular de Ciências de Teresina; descrever como gênero e sexualidade são abordados nesses documentos, destacando suas peculiaridades; identificar os hiatos e lacunas existentes nas diretrizes analisadas, e especialmente, compará-las com as estabelecidas pela BNCC e PCN.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender como as relações de gênero e sexualidade estão associadas à educação, é válido ressaltar o percurso histórico e a base teórica desses dois conceitos. Para tal, foi utilizado o arcabouço filosófico, a análise de estudiosos da área, como Foucault (1984), Pereira e Monteiro (2015), Souza (2021) e documentos educacionais. Com isso, será possível estabelecer uma relação fundamental entre o tema trabalhado e o contexto educacional brasileiro.

2.1 Gênero, sexualidade humana e educação

A sexualidade, desde a antiguidade, é motivo de muita discussão nos diversos aspectos da vida individual e coletiva, como no âmbito familiar, social e da saúde das pessoas. Ao falar da história da sexualidade, Foucault (1984) destaca que a sexualidade não é apenas um fenômeno biológico ou uma expressão natural do desejo. Pelo contrário, é enfatizado que a sexualidade é uma intrincada construção social, moldada pelas complexas interações entre poder, conhecimento e práticas sociais. Conforme Pereira e Monteiro (2015, p. 135), “a complexidade aumenta ao articular os diversos aspectos biológicos, fisiológicos, psicológicos, sociais, culturais e históricos”.

Similarmente, de acordo com Alves *et al.* (2019, p. 02), o termo “gênero” surge como uma forma de rejeitar o determinismo biológico referente ao uso de expressões como “sexo” ou “diferença sexual”. Logo, se faz cordial pensar em gênero como algo fluido, abrangente, desvinculado de normas e rótulos. Conforme afirma Heerdt (2018, p. 20)

Quando se discute gênero, a referência não está apenas na distinção entre “macho” ou “fêmea”, mas abrange as diversas expressões de masculinidades e feminilidades. Essas expressões remetem a construções históricas, socioculturais e políticas que envolvem processos de formação de identidades, definições de papéis sociais e estabelecimento de hierarquias [...].

Introduzindo o ambiente escolar, nas salas de aula os desafios são tão abundantes, frequentes e variados quanto no ambiente externo. Algumas das pautas e lutas presentes na sociedade brasileira, como o reconhecimento dos direitos da comunidade Lésbica, Gay, Bissexual, Transgênero, Queer, Intersexo, Asexual, Pansexual, Não-binário e outros (LGBTQIAPN+) e a busca por igualdade, estão

também, presentes no cotidiano escolar. (Bertolini; Oliveira; Amaral, 2022). Pois, como destaca Souza e Silva (2021), isso implica promover um ambiente inclusivo que permita aos estudantes expressarem sua própria identidade. Assim, considerando o avanço e as contribuições políticas relacionadas a essa temática, existem alguns documentos que desempenharam um papel fundamental no reconhecimento desses aspectos no ambiente educacional.

2.2 Documentos curriculares norteadores

Tendo em vista a multiplicidade de instituições educativas no ensino básico no Brasil, os documentos curriculares desempenham um papel fundamental na orientação e organização da educação básica, proporcionando diretrizes e referências para o desenvolvimento de currículos em todo o país. Dentre os documentos curriculares no contexto brasileiro com relação a esse estudo estão os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). A importância desses documentos reside na promoção da qualidade e alinhamento do ensino. Além disso, esses documentos fornecem um referencial para professores, gestores e demais envolvidos no processo educacional (Brasil, 1998). Sobre essa importância, Santos, Pereira e Moreira discutem que:

Promover debates sobre currículo transcende a mera abordagem de conteúdos, é uma ação que não se limita aos aspectos acadêmicos, mas engloba a configuração de uma escola integrada em uma sociedade notavelmente desigual. Nesse contexto, a instituição de ensino assume a responsabilidade essencial de não apenas refletir sobre essa disparidade, mas também de assumir um compromisso ativo [...] (Santos, Pereira e Moreira, 2021, p. 111).

No que diz respeito ao tema, ao tratar do tema Orientação Sexual, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em linhas gerais, visavam principalmente que, ao término do Ensino Fundamental, os alunos estejam aptos a:

Respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual e o seu direito à expressão, garantida a dignidade do ser humano; identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes e analisando criticamente os estereótipos; [...] (PCN's, 1998, p. 311).

É válido ressaltar que, durante o período em que esses documentos foram

elaborados, as demandas do movimento LGBTQIAPN+, que discutem sobre a diversidade de formas de expressões, estavam ganhando força no âmbito do debate educacional. Com isso, os PCN abordam essas pautas de maneira sucinta, apenas indicando que a discussão sobre essa questão deve ocorrer sob uma perspectiva democrática (Xavier; Dias, 2023, p. 122).

Já na BNCC – documento normativo que estabelece as aprendizagens fundamentais que todos os alunos brasileiros devem adquirir ao longo da Educação Básica – é reafirmado que a escola deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (BNCC, 2017, p.14). Entretanto, Xavier e Dias (2023) destacam que o processo de formulação desse documento foi marcado por uma série de contradições, desde a forte participação de grupos econômicos, até o mínimo diálogo com professoras/es e gestoras/es das instituições de ensino do país. Diante desse cenário, torna-se compreensível o motivo pelo qual determinadas discussões, como o debate sobre gênero e sexualidade, foram relegadas à margem ou até mesmo excluídas de importantes documentos. O pensamento conservador, que historicamente tem limitado diálogos e restringido a diversidade de perspectivas, desempenhou um papel significativo nesse processo. Foucault, há 40 anos, argumentou em sua obra que:

A relação intrínseca entre poder, conhecimento e controle social influencia no contexto das discussões contemporâneas e como suas ideias ressoam, fazendo com o que a limitação da informação seja uma poderosa arma para manter determinadas estruturas de poder. (Foucault, 1984, p. 78).

Assim, compreender o papel do sistema político tradicional na exclusão de temas cruciais destaca a importância do desafio às estruturas que buscam silenciar vozes.

Ademais, o Currículo do Piauí e a Diretriz Curricular de Ciências Naturais do município de Teresina também desempenham a função de definir as habilidades essenciais que devem ser desenvolvidas pelos professores de Ciências ao longo da Educação Básica, atendendo às especificidades do estado e da capital. Essas diretrizes foram adaptadas por membros integrantes de comissões de profissionais da Secretaria Municipal e Estadual de Educação (SEMEC e SEDUC).

3 METODOLOGIA

Este estudo está inserido no âmbito da pesquisa qualitativa, explorando os significados de gênero e sexualidade presentes em normativas instrucionais. O formato adotado busca proporcionar uma compreensão interpretativa desses conceitos no contexto educacional. Abaixo segue o percurso metodológico que foi utilizado como estratégia para alcançar os objetivos inicialmente propostos.

3.1 Tipo e abordagem de pesquisa

O tipo de pesquisa utilizado para o êxito deste trabalho foi de caráter exploratório somado à abordagem qualitativa, centrada na interpretação e descrição de conteúdos textuais de documentos curriculares, que, de acordo com Lakatos e Marconi (2010), essa modalidade “concentra-se na compreensão aprofundada e na exploração interpretativa e descritiva da análise de um conteúdo predeterminado”.

A escolha pelo caráter qualitativo e exploratório justifica-se pela necessidade de compreender e interpretar os significados de gênero e sexualidade no contexto educacional. A abordagem qualitativa permitiu uma análise aprofundada e interpretativa de fenômenos sociais e educativos, enquanto o caráter exploratório possibilitou investigar temas pouco explorados em documentos, ampliando perspectivas e hipóteses.

Além do mais, na perspectiva de Esteban (2010, p. 127) esse tipo de pesquisa caracteriza-se como atividade sistemática, resumida à “compreensão de fenômenos educativos e sociais, à transformação de práticas e cenários socioeducativos”, ou seja, caracteriza-se por ser a maneira apropriada de compreender e explorar de forma aprofundada os significados de gênero e sexualidade no contexto educacional, possibilitando a análise e interpretação dos dados sob diferentes perspectivas e enfoques, sem comprometer a integridade do conhecimento.

3.2 Instrumento de pesquisa

Para alcançar os objetivos definidos, foi realizada uma pesquisa documental que utilizou fontes primárias com dados e informações convenientes, pois, como pontua Gil (2002, p. 35), esse tipo de pesquisa “vale-se de toda sorte de

documentos, elaborados com finalidades diversas com fontes dispersas”. Com base nisso, a pesquisa concentrou-se na análise, investigação e interpretação dos termos “gênero” e “sexualidade” nas habilidades e objetos de conhecimento da Unidade Temática (UT) “Vida e evolução” da área de Ciências da Natureza presente nos currículos. Os termos foram localizados utilizando o recurso “Ctrl + F”, que permite buscar palavras específicas de forma rápida e eficiente nos documentos analisados, facilitando a identificação dos trechos relevantes para o estudo.

3.3 Amostragem e coleta de dados

Dentre os documentos curriculares que orientam a Educação Básica, destaca-se que a análise foi restrita apenas às seções relacionadas às habilidades e competências específicas da área de Ciências da Natureza. Assim, não foi realizado um exame completo de todo o conteúdo dos documentos, mas sim uma investigação direcionada às partes pertinentes ao objetivo da pesquisa nos seguintes documentos: última versão da Base Nacional Comum Curricular (2017), o Currículo do Piauí (2020), a Diretriz Curricular de Ciências do município de Teresina-PI (2024) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998). Estes documentos foram selecionados pela sua relevância e aplicabilidade no ensino de Ciências. A coleta dos referidos documentos ocorreu ao longo do primeiro semestre de 2024 e seguiram as seguintes ações metodológicas: a) busca dos currículos nos sites oficiais do Ministério da Educação do Governo Federal (MEC), da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Teresina (SEMEC), respectivamente; b) seleção dos arquivos mais recentes, tendo como critério de escolha a data mais recente da publicação desses documentos.

Os três documentos que integram a amostragem apresentam estruturas distintas, porém complementares no âmbito educacional. A BNCC, publicada em 2017 e homologada no ano seguinte pelo MEC, é estruturada em três etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando competências gerais e específicas, organizando o conhecimento por áreas e componentes curriculares.

Em nível estadual, o Currículo do Piauí, homologado em 2020 e publicado pela FGV Editora em parceria com a SEDUC-PI e com a União dos Dirigentes

Municipais da Educação - UNDIME-PI, traduz as diretrizes nacionais para o contexto estadual. O documento apresenta uma estrutura dividida em Educação Infantil e Ensino Fundamental. Além desse documento do Ensino Básico, também existe o Currículo do Novo Ensino Médio, publicado em outubro de 2021, que apresenta como novidade os Itinerários de Formação Técnica e Profissional. No entanto, embora o documento exista, ele não será incluído na amostra de documentos analisados, pois não rege o ensino de Ciências.

Já a Diretriz Curricular de Ciências do município de Teresina, adaptada para implementação em 2024 pela SEMEC, alinha-se à BNCC e ao Currículo do Piauí. Estruturada para o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), a diretriz organiza-se por bimestres, contemplando temas como Terra e Universo, Vida e Evolução, e Matéria e Energia. Ela descreve objetos do conhecimento e habilidades voltadas para o sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

3.4 Análise de conteúdo

Com o intuito de atender aos objetivos e ao caminho investigativo, para o processo analítico dos dados foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016, p. 95), na qual é composta por três etapas: a) a pré-análise: organização dos dados para que a análise ocorresse de forma sistemática e objetiva; b) exploração do material: processo de análise, onde ocorreu a categorização do conteúdo, identificação dos padrões e recorrências nos dados; c) tratamento dos resultados e interpretação: análise dos dados categorizados para síntese de informações que respondem às hipóteses e aos objetivos propostos inicialmente.

Portanto, a sequência das fases contribui para a validade dos conteúdos encontrados, possibilitando a ausência de incertezas e inconsistências durante o percurso, resultando, dessa maneira, em maior autenticidade à pesquisa, conforme o subsequente diagrama:

Figura 1 - Diagrama das etapas de análise de conteúdo.



Fonte: autoria própria a partir dos estudos de Bardin (2016).

As etapas expostas acima delineiam as fases pelas quais o processo de tratamento analítico dos dados da pesquisa foi conduzido, almejando descrever de maneira objetiva, sistemática e qualitativa os conteúdos analisados. Adicionalmente, os resultados das ideias analíticas foram organizados da seguinte forma: 1) “Desvelando habilidades e contextos: o que (não) há sobre Gênero e Sexualidade nos Currículos Nacionais?” e 2) “Entre o Nacional e o Local: Gênero e Sexualidade no Currículo do Piauí e no Plano Referencial do Município de Teresina”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, apresentamos a análise e discussão dos dados, dividindo-as em duas partes, para melhor explorar o tema em questão. Primeiramente, abordamos a diretriz nacional, com foco em explorar os aspectos que esse documento apresenta no que tange às questões de Gênero e Sexualidade. Em seguida, dirigimos o olhar para as especificidades locais, examinando como essas temáticas são tratadas nos currículos educacionais do estado do Piauí e da cidade de Teresina.

4.1 Desvelando habilidades e contextos: o que (não) há sobre Gênero e Sexualidade nos Currículos Nacionais?

Na análise da BNCC, após a procura pela palavra-chave, constatamos que a palavra "gênero" não é mencionada. Embora os Parâmetros Curriculares Nacionais

(PCN) incluem gênero e orientação sexual como um dos temas transversais. Nesse contexto, a menção de gênero é ausente, já o termo "sexualidade" aparece em apenas uma habilidade específica (EF08CI11) (BNCC, 2017). Nessa habilidade, o documento propõe que o professor seja capaz de “selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)”. No entanto, não há outras menções significativas ou orientações diretas para uma abordagem mais ampla e consistente de gênero e sexualidade ao longo de todas as orientações propostas pelo documento norteador nacional.

Esse tratamento limitado indica uma mudança de enfoque em relação ao que inicialmente foi defendido pelos PCN, que propunham a orientação sexual como um tema transversal, essencial para promover a construção de habilidades que desenvolvam a inclusão, o respeito às diferenças e o combate a preconceitos. Como destaca o documento:

Os assuntos mais importantes para o grupo e de maior relevância social devem ser objeto prioritário do trabalho de Orientação Sexual. Quaisquer que sejam eles, porém, os eixos básicos da atuação permanecem, já que todos os assuntos precisam incluir as dimensões do Corpo, as Relações de Gênero e a Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/ Aids na sua discussão. (PCN, 1998, p. 315)

A menção à "sexualidade", de forma isolada na Base Nacional, levanta questionamentos sobre as razões para esse enxugamento e nos convida a refletir sobre os possíveis fatores que influenciaram a formulação desse documento.

Uma hipótese relevante é que o contexto político e o conservadorismo ideológico possam ter desempenhado um papel significativo nas decisões de formulação desse documento em meados de 2017, quando, na mudança do governo de Dilma Rousseff para Michel Temer, ocorreu a reformulação das diretrizes. De acordo com Xavier e Dias (2023), é nesse momento de maior crise política do país, desde a Ditadura Militar, que começam as atividades em torno da BNCC e, durante o processo de impeachment, ocorreu uma intensa explosão de debates envolvendo aspectos culturais e sociais, que se estenderam tanto às políticas públicas quanto a outras áreas da sociedade.

Perceptivelmente, esta instabilidade política de troca de gestão influenciou na limitação de temas considerados "sensíveis" no currículo nacional, entre eles a abordagem sobre gênero e sexualidade. Com isso, na tentativa de reduzir a

polêmica pública sobre a temática e atender às pressões de grupos conservadores (bancadas da extrema-direita no poder legislativo), o governo Temer foi norteado pela necessidade de "amenizar tensões políticas" e assegurar que o documento curricular estivesse em alinhamento com uma nova agenda governamental. Conforme destaca Souza (2018):

Seguindo esta linha conservadora, as bancadas religiosas conseguiram aprovar nos PNE locais, em 2015, a não inclusão dos referidos debates. [...] ao propor a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em sua versão final, deixou de fazer menção a tais questões, atendendo a pleito da referida bancada, pois a mesma defende que, o corpo deve ser educado para produzir e reproduzir o padrão normativo vigente. (Souza, 2018, p. 4).

Convém ressaltar que a discussão sobre essa temática na educação é, historicamente, um ponto de tensão em diferentes esferas sociais e políticas. Em muitos casos, a resistência à inclusão explícita desses temas no currículo está associada às religiosidades no Congresso Nacional, que veem tais conteúdos como potencialmente controversos no ambiente escolar. Essa influência, portanto, pode ter levado os responsáveis pela elaboração do documento a adotar uma postura mais cautelosa e não fazer referências a gênero, resultando na falta da transversalidade desses temas nas diferentes disciplinas, anteriormente defendida nos PCN.

Torna-se válido ressaltar, segundo Aguiar (2018, p. 13), que o processo de construção da última versão da Base foi marcado por uma série de dúvidas e questionamentos que precisavam ser discutidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) antes da sua finalização. Estas indagações destacaram as falhas quanto às exigências legais, o que refletiu na falta de um processo democrático na construção dessa versão. Aguiar, através da Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação – ANPAE, destaca:

Em primeiro lugar, destacar que a BNCC foi proposta pelo Ministério da Educação (MEC) no contexto que se configura como uma contrarreforma da Educação Básica conduzida pelo atual governo em sua ação de desmonte das conquistas democráticas e populares, sobretudo no que diz respeito aos avanços efetivados nas últimas décadas quanto ao direito à educação e às políticas educacionais. (Aguiar, 2018, p. 8).

Com isso, percebe-se que essa celeridade em sua elaboração resultou na insuficiência analítica, comprometendo uma estrutura que favoreça a inserção de conteúdos importantes. Em razão disso, a responsabilidade pela inclusão desses

temas acaba recaindo sobre cada escola ou professor, resultando em uma implementação desigual, fragmentada ou até mesmo inexistente. Esse cenário contribui para uma formação escolar que ignora importantes aspectos sociais e culturais, privando os estudantes da oportunidade de desenvolverem uma compreensão crítica sobre questões de disparidades de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, dentre outros.

Logo, a partir da leitura e análise direcionada aos objetos de conhecimento presentes na Unidade Temática (UT) Vida e Evolução pesquisados no arquivo, disponibilizado no site do Ministério da Educação (MEC), constatou-se que a limitada abordagem das temáticas de sexualidade está presente no componente curricular de Ciências do 8º ano do ensino fundamental. O documento descreve explicitamente competências e habilidades relacionadas à sexualidade humana em diferentes dimensões (quadro 1 e 2). Conforme evidenciado abaixo:

Quadro 1 – Competências específicas de Ciências da Natureza que abrem espaços para o desenvolvimento de habilidades de gênero e sexualidade.

5. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.

7. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.

Fonte: BNCC (2017, p. 324).

A seleção das competências destacadas acima é justificada pelas suas aberturas quanto às possibilidades de reflexões sobre temas socioculturais essenciais, como gênero e sexualidade. Essas competências possibilitam tratar a diversidade humana de maneira precisa, promovendo a criação de um ambiente com diálogos inclusivos e respeitosos. Ao vincular o saber científico às questões sociais, as habilidades abaixo destacam objetos de conhecimento relacionados à sexualidade humana, como na habilidade “EF08CI11” (BNCC, p.349), que possibilita o planejamento de aulas que enfatizem a promoção da diversidade e na luta contra os preconceitos.

Quadro 2 – Habilidades educacionais da UT “Vida e Evolução” que abrangem a

sexualidade humana.

Códigos.	Habilidade.
EF08CI08	Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.
EF08CI09	Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)
EF08CI10	Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS) e discutir estratégias e métodos de prevenção.
EF08CI11	Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).

Fonte: BNCC (2017, p. 349).

Portanto, ao levantar hipóteses e desvelar tais habilidades e competências, percebe-se que, embora haja uma menção pontual à sexualidade, não há uma orientação curricular abrangente e integrada ao ensino de Ciência sobre gênero. Essa lacuna levanta a necessidade de reavaliar as diretrizes nacionais de modo a oferecer um currículo mais inclusivo e conectado com as demandas da sociedade atual. Ademais, é importante destacar que algumas habilidades ainda utilizam o termo "DST" em vez de "IST" (infecções sexualmente transmissíveis), evidenciando uma desatualização conceitual que reflete a falta de avanço quanto às terminologias contemporâneas adotadas pela ciência. Essa situação reforça a urgência de revisões no currículo que considerem as transformações sociais, científicas e culturais em curso.

4.2 Entre o Nacional e o Local: Gênero e Sexualidade no Currículo do Piauí e no Plano Referencial do Município de Teresina

Após investigar as palavras-chave “gênero” e “sexualidade” no eixo das Ciências da Natureza no Currículo do Piauí, constatou-se a ausência de menções ao termo “gênero”. Em relação à sexualidade, identificaram-se três registros presentes nas habilidades e nos objetos de conhecimento programáticos do 8º ano do Ensino Fundamental. Entre essas referências, uma está associada aos mecanismos reprodutivos de vegetais e animais, enquanto as outras duas abordam aspectos das múltiplas dimensões da sexualidade humana, incluindo as perspectivas biológica, sociocultural, afetiva e ética. Contudo, mesmo não havendo menção explícita ao termo “gênero”, existe a possibilidade de que questões relacionadas a esse tema sejam fomentadas durante o desenvolvimento dessas habilidades, considerando sua transversalidade nesse assunto e sua relevância nas discussões educacionais contemporâneas.

Desse modo, realizando a comparação entre a BNCC e o Currículo do Piauí, revela-se um padrão de tratamento para a temática da sexualidade que, embora relevante, é considerado restritivo quando se trata de uma educação que promova discussões sobre diversidade e equidade de gênero, propostos inicialmente pelos PCN. Logo, é importante ressaltar que o currículo estadual, desenvolvido meses após a homologação do documento nacional em 2017, foi publicado em sua versão final em 2020. Esse processo de construção contou com uma reestruturação baseada na colaboração entre o Estado e os Municípios, conforme destacado:

Nesse sentido, a BNCC passa a ser uma referência nacional e obrigatória para a construção e/ou adequação dos Documentos Curriculares e propostas pedagógicas dos sistemas e redes de ensino e das escolas em todo o Brasil. [...] no Piauí, essa equipe foi composta com professores (as) especialistas nas etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, com a responsabilidade de conduzir o processo de construção do **Documento Curricular Referencial do Piauí**, em um regime de colaboração que envolve o Estado e os Municípios. (Secretaria de Estado da Educação, SEDUC, 2018, grifo próprio).

Com isso, tal órgão revelou que, no âmbito teórico, essas diretrizes seguem em grande parte os princípios do estipulado na Base, mas com variações que refletem o contexto regional. Entretanto, é evidente que há falhas significativas na melhoria das habilidades voltadas para uma educação sexual que contemple a pluralidade e diversidade de gênero nas escolas, especialmente considerando os desafios regionais relacionados ao tema. O currículo regional “reestruturado” ainda se revela como uma cópia sem muitas modificações do documento nacional

(Imagem 1 e 2).

Imagem 1 – Habilidades que citam sexualidade na BNCC.

(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.

(EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

(EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.

(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).

Fonte: BNCC (2017, p. 349).

Imagem 2 – Habilidades que citam sexualidade no Currículo do Piauí.

(EF08CI07) Comparar diferentes processos reprodutivos (sexuados e assexuados) em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos.

(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade, considerando a atuação dos hormônios sexuais e dos neurotransmissores do sistema nervoso.

(EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

(EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DSTs, ISTs (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.

(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética), respeitando as diferenças entre estas múltiplas dimensões.

Fonte: SEDUC (2020, p. 241).

Algumas das hipóteses que justificam essa falta de evolução nos documentos regionais é a restrição de tempo, considerando que a BNCC e o Currículo do Piauí foram publicados em períodos próximos, limitação de recursos ou até mesmo a ausência de projetos bem elaborados para um diálogo aprofundado com as comunidades escolares, incluindo gestores, professores e famílias, durante o processo de construção curricular.

Embora o Currículo do Piauí tenha contado com uma colaboração entre o

Estado, Municípios e uma equipe multiprofissional, como destacado pela SEDUC-PI, essa construção coletiva pode não garantir, por si só, que todos os temas necessários da atualidade sejam plenamente debatidos e incorporados. Ou seja, a priorização dessa adequação ao mínimo exigido direciona os currículos a uma abordagem que, em nome da neutralidade, silencia a relevância de temas fundamentais no espaço escolar, podendo comprometer as discussões que enriquecem a formação social dos estudantes do ensino fundamental nas escolas estaduais do Piauí.

Já em um recorte mais específico, ao observar o texto do documento curricular que norteia os professores das escolas municipais de Teresina, nota-se uma persistência da limitação acentuada no tratamento dos temas de sexualidade, também omitindo por completo o debate sobre gênero. Assim como no Currículo do Piauí, onde nos objetos de conhecimento existem referências às diferentes dimensões da sexualidade, o referencial do município menciona, na habilidade codificada (EF8CI25), que o professor deve selecionar argumentos que enfatizem o respeito a si, ao outro e à diversidade. (SEMEC, 2024, p. 17)

Esse quadro, por mais que demonstre um tímido avanço em relação às habilidades apresentadas no referencial maior, por sua vez, pode possibilitar ao professor trabalhar a sexualidade num contexto parcial e aberto a interpretações pessoais, sem, todavia, abordar diretamente questões de gênero. Uma vez que fornece pouca orientação direta para que os professores, sobretudo os de Ciências, se sintam respaldados ao tratar desses assuntos.

Portanto, esses padrões de adaptações documentais possibilitam o surgimento da hipótese de que, para que haja uma atualização curricular que contemple de maneira mais ampla e completa os temas de gênero e sexualidade, seria necessário romper com esse entrave sociocultural profundamente enraizado e refletido no contexto curricular. Souza e Silva (2021, p. 32) ressaltam que “[...] as discussões que permeiam gênero e sexualidade estão fortemente atreladas ao conceito de corpo e sofrem os agravantes e atenuantes presentes na realidade escolar. A instituição escolar reflete os ideais da sociedade, naturalmente [...]”.

Nessa perspectiva, este bloqueio evidencia a presença do conservadorismo das equipes que integraram as comissões para a formulação desses currículos, que não consideram incluir tais debates no contexto escolar, talvez pela crença de que tais temas contradizem valores tradicionais. De tal forma, é plausível que essa

postura conservadora não apenas molda as mentes por trás do desenvolvimento pedagógico, como também perpetua numa visão limitada, desatualizada e fragmentada dentro das escolas. Tal cenário pode impedir a construção de um currículo mais contemporâneo, capaz de promover um debate enriquecedor sobre gênero e sexualidade no ensino de Ciências, que é fundamental para preparar os alunos perante as particularidades sexuais e emocionais existentes, além do incentivo ao respeito à pluralidade da diversidade humana de maneira ética e inclusiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas nesse trabalho evidenciam que os complexos desafios contemporâneos para a incorporação de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências refletem uma sociedade em constante mudança, porém ainda atravessada por ortodoxias que fortalecem os mais diversos tipos de aversões. Assim sendo, a ausência da ideia de gênero nos estudos de Ciência e o tratamento superficial da sexualidade nos currículos educacionais ressaltam a urgência em progredir nas diretrizes pedagógicas.

Nesse sentido, como uma forma de comprometimento com a superação das desigualdades sociais, perspectivas futuras devem contemplar o reconhecimento claro das identidades de gênero e da igualdade de gênero como componente essencial das habilidades de ensino nos currículos, além de expandir e aprofundar sobre sexualidade para fomentar uma educação mais inclusiva, respeitosa e completa ao invés de uma educação fomentada pelos dogmas, preconceitos e estigmas. Para isso, propõem-se novos estudos complementares sobre os desafios da temática e também a inclusão desta nos currículos nos cursos de formação inicial de professores, em especial os das áreas das Licenciaturas em Ciências da Natureza.

Em um país como o Brasil, que ocupa, preocupantemente, a primeira posição no ranking de mortes de pessoas LGBTQIAPN+, torna-se essencial que o debate de temas como desigualdade de gênero, identidades e expressões de gênero, sexismo, orientações sexuais, entre outros, seja conduzido de maneira responsável, segura e equitativa. Isso exige não apenas uma formação adequada para professores da educação básica, mas também a disponibilização de políticas públicas e suporte

curricular eficaz para o tratamento dessas questões. Além disso, é importante ressaltar que essa formação contribuirá para a construção de uma sociedade que respeita as diferenças, não apenas no que se refere às questões de gênero e sexualidade, mas também na valorização da diversidade em todas as suas formas de manifestações. (Souza e Silva, 2021, p. 44).

Em conformidade com o que foi evidenciado, é cabível um olhar para perspectivas interdisciplinares que conectem as Ciências da Natureza e Humanas, particularmente a História, que pode agregar valor às discussões acerca desses assuntos. Pois, ao incorporar visões socioculturais e históricas, a educação pode ir além do foco apenas técnico e biológico, possibilitando que os jovens percebam as diferenças como um componente natural da história humana. Este esforço pedagógico visa educar estudantes conscientes, críticos e empáticos, aptos a viver em uma sociedade contemporânea plural, onde as orientações sexuais e as identidades de gênero sejam representadas como elementos da diversidade humana.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Angela; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024**. [Livro digital]. Recife: ANPAE, 2018. p. 8-25. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/diversos.html>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ALVES, Hellen José Daiane Reis; DUARTE, Marcos Felipe Silva. SILVA, Jackson Ronie Sá. Os temas 'Corpo Humano', 'Gênero' e 'Sexualidade' Em Livros Didáticos De Ciências Do Ensino Fundamental. **Investigações em Ensino de Ciências**, São Luís, v. 24, n. 1, p. 223–238, 2019. Disponível em: <https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/1267>. Acesso em: 2 nov. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 5. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERTOLINI, Laura Petry; OLIVEIRA, Kamila Ricardi; AMARAL, Edina Aparecida. LGBTQIAPN+: Conceito e Importância do Reconhecimento Social. Centro Universitário FAG. Paraná, 2022. Disponível em: <https://www4.fag.edu.br/anais-2022/Anais-2022-111.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC-SEF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 5 out. 2024.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: ciências naturais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencias.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2023.

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Tradução de Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FOUCAULT, Paul-Michel. **A história da sexualidade**: A Vontade de Saber. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1976.

FOUCAULT, Paul-Michel. **O uso dos prazeres**. História da Sexualidade, Vol. 2. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1984.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HEERDT, Bettina *et al.* Gênero no ensino de Ciências publicações em periódicos no Brasil: o estado do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação em Ciências e Educação Matemática**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 217–241, Ago. 2018. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/rebecem/article/view/20020>. Acesso em: 9 nov. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, Zilene Soares; MONTEIRO, Simone Souza. Gênero e Sexualidade No Ensino De Ciências No Brasil: Análise Da Produção Científica Recente. **Revista Contexto & Educação**, Ijuí, [S. l.], v. 30, n. 95, p. 117–146, Out. 2015. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/3155>. Acesso em: 2 nov. 2023.

SANTOS, Nathany Ribeiro Lima; PEREIRA, Sara; MOREIRA, Zilene. Documentos curriculares oficiais assegurando a abordagem de gênero e sexualidade para a educação básica: um olhar para o ensino de ciências. **Anais do Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 1170–1184, Jan. 2021. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1230>. Acesso em: 5 nov. 2023.

SOUZA, Vinícius Magalhães Leite; SILVA, Rosane Moreira. Perspectivas curriculares sobre a temática gênero e sexualidade no ensino de ciências e biologia: controvérsias no PCN e na BNCC? **Revista teias**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 28–47, 15 dez. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/61586>. Acesso em: 5 nov. 2023.

SOUZA, Paulo Roberto Júnior. A questão de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os movimentos

LGBTQIs. **Revista de gênero, sexualidade e direito**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 1-21, 2018. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/4f09/ea3cc35f11c14a54a2a651f91430c2f2fef5.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2023.

TERESINA, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes Curriculares de Teresina**. Teresina: PMT, 2020. Disponível em: <https://semec.pmt.pi.gov.br/diretrizes-curriculares-de-teresina/>. Acesso em: 04 nov. 2024.

XAVIER, Mariana Nô; DIAS, Viviane Borges. Gênero e sexualidade no ensino de Ciências e Biologia: uma análise da BNCC. **Com a Palavra, o Professor**, [S. l.], v. 8, n. 21, p. 107–130, 2023. Disponível em: http://revista.geem.mat.br/index.php/_CPP/807. Acesso em: 20 out. 2023.

PIAUÍ, Secretaria de Estado da Educação. **Currículo do Piauí**. Piauí: SEDUC, 2020. Disponível em: https://www.seduc.pi.gov.br/Curriculo_do_Piaui_vf.pdf . Acesso em: 30 jan. 2024.

PIAUÍ, Secretaria de Estado da Educação. **Seduc lança versão preliminar do currículo escolar do Piauí**. SEDUC. Teresina, 08 de out. de 2018. Disponível em: <https://antigo.seduc.pi.gov.br/noticias/noticia/6526>. Acesso em: 13 nov. 2024.